III SIMPÓSIO INTERNACIONAL
DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
Universidade Portucalense (Porto)
18 e 19 de junho de 2026

Espaços de Morte Indigna: campos de extermínio nazistas sob uma perspectiva necropolítica

Spaces of Undignified Death: Nazi extermination camps from a necropolitical perspective

Jeferson Gonçalves MARTINS[1]

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a política de extermínio perpetrada pelo regime nazista a partir do conceito de necropolítica, ao investigar de que modo o totalitarismo empregado se utilizou da mortandade em massa como um mecanismo de gestão soberana. No tocante aos objetivos específicos, busca-se fundamentar teoricamente as categorias de necropolítica, soberania e estado de exceção como eixos de análise da governamentalidade contemporânea, bem como problematizar os limites entre biopolítica e necropolítica a partir da experiência totalitária nazista, especialmente no que se refere à supressão dos direitos humanos e da cidadania. Para tanto, o enquadramento teórico se fundamenta no pensamento do filósofo camaronês Achille Mbembe, responsável pela formulação do conceito de necropolítica, cujas proposições articulam os conceitos de biopoder de Michel Foucault e o estado de exceção de Giorgio Agamben. A investigação busca delinear a soberania não apenas como o controle da vida, mas também o poder de ditar quais grupos podem viver e quais grupos são suscetíveis à morte em zonas de indistinção jurídica e moral. Do ponto de vista metodológico, a investigação adota uma abordagem qualitativa de natureza teórica e exploratória com o emprego do método dedutivo. Ademais, o procedimento técnico consiste em uma rigorosa análise bibliográfica de obras seminais e artigos especializados que versam sobre o Holocausto, a biopolítica, a filosofia política e a sociologia da violência, a fim de que se promova o cruzamento entre o registro histórico dos campos de extermínio e a categoria filosófica da necropolítica. Quanto aos resultados obtidos, a pesquisa demonstra que o regime nazista não apenas exemplifica

[1] Bacharel e Mestrando em Direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Brasil. Especialista em Direito das Famílias e Sucessões pela Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst). Licenciando em História pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) e em Ciências Econômicas pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Contacto: jefersongm.adv@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4017-2432.

a necropolítica, mas a leva ao seu paroxismo, haja vista que institucionaliza uma máquina de morte capaz de desumanizar corpos antes de sua liquidação física, por meio de uma violação completa dos direitos humanos e da cidadania. Conclui-se que os campos de extermínio nazistas funcionaram como espaços de morte indigna por excelência, onde a exceção tornou-se a regra e a soberania se materializou na destruição sistemática de populações consideradas supérfluas ou inimigas pelo regime totalitário de Adolf Hitler. Assim, o estudo contribui para a relevância acadêmica e social ao oferecer uma lente crítica contemporânea sobre os perigos do autoritarismo e da instrumentalização da vida humana, bem como reforça a necessidade de vigilância ética sobre as formas modernas de gestão da morte.

Palavras-chave: campos de extermínio; Holocausto; nazismo; necropolítica; soberania.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the extermination policy perpetrated by the Nazi regime through the concept of necropolitics, investigating how the totalitarian system employed mass death as a mechanism of sovereign management. Regarding the specific objectives, the study seeks to theoretically substantiate the categories of necropolitics, sovereignty, and state of exception as analytical axes of contemporary governmentality, as well as to problematize the limits between biopolitics and necropolitics based on the Nazi totalitarian experience, especially with regard to the suppression of human rights and citizenship. To this end, the theoretical framework is grounded in the thought of Cameroonian philosopher Achille Mbembe, responsible for formulating the concept of necropolitics, whose propositions articulate the concepts of biopower developed by Michel Foucault and the state of exception formulated by Giorgio Agamben. The investigation seeks to outline sovereignty not only as the control of life, but also as the power to determine which groups may live and which are susceptible to death within zones of legal and moral indistinction. From a methodological perspective, the research adopts a qualitative, theoretical, and exploratory approach through the use of the deductive method. Furthermore, the technical procedure consists of a rigorous bibliographical analysis of seminal works and specialized articles concerning the Holocaust, biopolitics, political philosophy, and the sociology of violence, in order to establish a dialogue between the historical record of Nazi extermination camps and the philosophical category of necropolitics. Regarding the results obtained, the research demonstrates that the Nazi regime not only exemplifies necropolitics, but brings it to its extreme by institutionalizing a machinery of death capable of dehumanizing bodies prior to their physical elimination through a complete violation of human rights and citizenship. It is concluded that Nazi extermination camps functioned as paradigmatic spaces of undignified death, where the exception became the rule and sovereignty materialized

through the systematic destruction of populations considered superfluous or hostile by the totalitarian regime of Adolf Hitler. Thus, the study contributes to academic and social debates by offering a contemporary critical lens on the dangers of authoritarianism and the instrumentalization of human life, while also reinforcing the need for ethical vigilance regarding modern forms of death management.

Keywords: extermination camps; Holocaust; Nazism; necropolitics; sovereignty.